

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.867 - SC (2019/0300282-1)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : GUILHERME ALEXANDRE FERREIRA
ADVOGADO : GUILHERME ALEXANDRE FERREIRA - SC033173
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : LUCAS FRANCISCO DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUCAS FRANCISCO DA SILVA apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - HC n. 4025789-26.2019.8.24.0000.

Noticiam os autos que o paciente foi preso preventivamente por ter, em tese, cometido os delitos previstos nos arts. 288, parágrafo único, 180, *caput*, e 157, § 2º, incisos I e II, este por duas vezes, todos do Código Penal, e art. 14 da Lei n. 10.826/03.

Aduz a ocorrência de constrangimento ilegal sob o argumento de que o paciente se encontra preso desde 05 de abril de 2018, sem que tenha sido prolatada a sentença, a ponto de restar configurado o excesso de prazo de sua custódia cautelar, ressaltando que a defesa não teria contribuído para a demora na entrega da prestação jurisdicional.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para que o paciente seja colocado em liberdade em virtude do apontado excesso de prazo.

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de não mais admitir o emprego do *habeas corpus* para contestar decisão contra a qual exista previsão de recurso específico no ordenamento jurídico, **exatamente como ocorre no caso em exame**. Dessa forma, depara-se com flagrante utilização inadequada da via eleita.

Não obstante, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária, porquanto, em princípio, há fundamentação para a denegação da ordem mandamental e manutenção da prisão cautelar, diante da razoabilidade da duração do processo, consoante é possível inferir-se do seguinte trecho do aresto impugnado (e-STJ fls. 19-20):

[...]

A denegação da ordem é medida de rigor.

Isso porque, em que pese a argumentação lançada pelo impetrante para a revogação da prisão preventiva, destaca-se que a tese de soltura calcada no excesso de prazo na formação da culpa já foi objeto de apreciação no julgamento dos Habeas Corpus n. 4016963-11.2019.8.24.0000 e n. 4021263-16.2019.8.24.0000, in verbis:

[...]

No mais, constata-se que o feito ultrapassou a etapa de

Superior Tribunal de Justiça

apresentação das alegações finais pelas partes, hipótese que faz incidir a Súmula n. 52 do Superior Tribunal de Justiça.

Registre-se, portanto, que desde o último julgamento colegiado, datado de 23-7-2019, não houve mudanças significativas no quadro fático-processual suficientes para viabilizar eventual soltura do paciente, principalmente tratando-se de processo-crime complexo, envolvendo a apuração de vários delitos e contando com pluralidade de acusados, de sorte que o magistrado vem tomando todas as providências processuais necessárias para o regular trâmite do feito, respeitando os postulados da ampla defesa e do contraditório.

Da leitura de tais argumentos não exsurgem, portanto, os necessários traços de ilegalidade manifesta na decisão objurgada para o deferimento da cautela requerida, já que, em sede de cognição sumária, não se verifica qualquer violação aos dispositivos legais apontados, sem prejuízo de uma análise pormenorizada da questão no momento oportuno.

É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de *habeas corpus* e em recurso ordinário em *habeas corpus*, em razão da sua excepcionalidade, enseja a demonstração e comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não ocorre *in casu*.

Ante o exposto, **indefere-se a liminar.**

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.
Publique-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator